



SIMULADO #6 2018
Facebook: @profjulianapereira
Instagram: @profjulianapereira

1. Sobre os prazos processuais, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei.
- b) Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato.
- c) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas.
- d) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- e) Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

2. Considere as afirmações a seguir:

- (I) Na contagem de prazos processuais em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.
- (II) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.
- (III) Suspendem-se os prazos durante a execução de programa instituído pelo Poder Judiciário para promover a autocomposição, incumbindo aos tribunais especificar, com antecedência, a duração dos trabalhos.
- (IV) Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 60 dias.

Estão corretas as assertivas:

- a) I e III.
- b) III e V.
- c) IV e V.
- d) I, II e III.
- e) IV.

3. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa.
- b) Considera-se justa causa o evento alheio à vontade da parte e que a impediu de praticar o ato por si ou por mandatário.
- c) Verificada a justa causa, o juiz permitirá à parte a prática do ato no prazo que lhe assinar.
- d) Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.
- e) A parte poderá, de forma expressa ou tácita, renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.

4. Interposto recurso, o recorrente poderá dele desistir:

- a) se não houver recurso adesivo ao seu.
- b) somente até a remessa ao tribunal.
- c) sem a anuência do recorrido.
- d) até que haja a resposta do recorrido.
- e) desde que haja a anuência dos litisconsortes.



5. Os embargos de declaração deverão ser opostos, no prazo de:

- a) 15 (quinze) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do ponto obscuro, omissivo, contraditório ou negativa de vigência de lei federal, estando sujeitos a preparo.
- b) 10 (dez) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do ponto obscuro, contraditório, omissivo ou com erro material, estando sujeitos a preparo.
- c) 8 (oito) dias, em petição dirigida ao juiz ou relator, com indicação do ponto que deu à lei federal interpretação divergente da que lhe foi atribuída por outro tribunal, estando sujeitos a preparo.
- d) 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz ou relator, com indicação do ponto obscuro, contraditório, omissivo ou erro material, não estando sujeitos a preparo.
- e) 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz ou relator, com indicação do ponto obscuro, contraditório, omissivo ou erro material, estando sujeitos a preparo.

6. De acordo com a Lei nº 12.153, de 07 de agosto de 2009, é correto afirmar que:

- a) Cabe ações de mandado de segurança e ação de desapropriação.
- b) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
- c) O juiz não poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.
- d) Cabe as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.
- e) Cabe ações de mandado de segurança.

7. Sobre a contestação, assinale a alternativa incorreta:

- a) O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial.
- b) Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, fato que será imediatamente comunicado ao juiz da causa, preferencialmente por meio eletrônico.
- c) Quando alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento, sob pena de arcar com as despesas processuais e de indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação.
- d) Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar incompetência absoluta e relativa.
- e) O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 10 dias úteis.



GABARITO

1. E
2. D
3. E
4. C
5. D
6. B
7. E

Seus **sonhos** determinam onde você quer chegar, mas são suas **ações** que determinam sua nomeação!

Professora *Juliana Pereira* 

Mestre em Direito
Pós-graduada em Direito Civil e Direito Público
Especialista em concursos públicos